

Presidente Fernando Collor

Crianças, o Desafio Maior

Discursos Presidenciais

Presidência da República

Sumário

REUNIÃO MINISTERIAL: OS DIREITOS DA CRIANÇA 7

SOLEINIDADE DE ASSINATURA DA PORTARIA DE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS — IPI, AOS TAXISTAS 14

XX ASSEMBLÉIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS — OEA 17

COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE 24

SOLEINIDADE DE ASSINATURA DE CONVÊNIOS ENTRE A REDE FERROVIÁRIA FEDERAL E A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE 35

VISITA AO MONUMENTO AOS OFICIAIS E SOLDADOS BRASILEIROS MORTOS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 39

CERIMÔNIA DE APRESENTAÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA 41

CERIMÔNIA DE RETOMADA DAS OBRAS DA REPRESA DE XINGO 44 VISITA À CIDADE DE PIRANHAS (ALAGOAS) 47

CONVÊNIO ENTRE O MINISTÉRIO DA SAÚDE E A CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL — CNBB, ATRAVÉS DA PASTORAL PENAL 52

CEM DIAS DE TRABALHO: PRONUNCIAMENTO À NAÇÃO EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO 55

ASSINATURA DO EDITAL DE LICITAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS 62

Reunião Ministerial: Os Direitos da Criança

A partir deste momento, a qualidade de vida de nossas crianças será preocupação central e objetivo maior da ação do Governo.

Estamos na era da imagem. O quadro trágico da miséria, do abandono e da marginalidade em que vivem e em que morrem as nossas crianças fala por si mesmo. Mas algumas cifras ajudam a completar esse triste retrato:

- o Brasil tem cerca de 65 milhões de crianças e adolescentes com idade de até 19 anos;

- anualmente, 250 mil crianças morrem antes de completar o primeiro ano de vida; destas, a metade não vive o primeiro mês;

- em razão das precárias condições de assistência pré-natal e ao parto, registram-se 120 casos de mortalidade materna em cada 100 mil nascimentos;

- do total de internações na rede da Previdência Social, 30970 correspondem a crianças com menos de dois anos;

- uma em cada quatro crianças sofre de desnutrição, que leva a deficiências mentais irreversíveis;

- moram em domicílios sem saneamento básico adequado 61% das crianças de um a quatro anos; no Nordeste esse percentual chega a 85%;

- mais de quatro milhões de crianças nas idades de sete a catorze anos estão fora das salas de aula; de cada 100 que se matriculam na 1ª série, apenas 18 chegam ao final do 1º grau;

- entre sete e catorze anos, a taxa nacional de analfabetismo é de 28%; no Nordeste é de 51%;

- boa parte das crianças que abandonam os estudos vê-se obrigada, pela necessidade de sobrevivência, a entrar prematuramente no mercado de trabalho

- destas, mais de 26% pertencem a famílias com renda de até 1/4 do salário mínimo;

- nas grandes metrópoles brasileiras, cerca de 4% das crianças não moram com a mãe. Na Grande São Paulo, por exemplo, essa dura realidade estende-se a 200 mil menores.

«Ou salvam-se as crianças, ou perde-se o País.»

Temos de dizer basta! Não podemos continuar a ser o Brasil das carências inaceitáveis e desumanas que afetam nossas crianças. Não podemos ser o Brasil dos «Pixotes».

Nada justifica a aceitação pacífica dessa vergonha, que não pode e não haverá de perdurar.

A democracia só floresce e frutifica numa sociedade em que as virtudes cívicas são cultivadas e prevalecem na forma de interesse pelo bem comum. Ora, a que conceito de bem comum corresponderá a permanência das cenas chocantes de pobreza, sofrimento e criminalidade infantis que se multiplicam em nossas cidades?

A democracia é também o universo das responsabilidades compartilhadas e não haverá responsabilidade mais nobre, e mais clara expressão do bem comum, que a redenção de nossos menores. A proposta que agora faço é a de libertá-los, de uma vez por todas, das formas de violência e abandono.

Em cada criança, em cada menor carente, há de se criar um brasileiro que tenha condições perfeitas para o exercício da mais autêntica liberdade.

Vamos enfrentar o problema com determinação, com energia. Até hoje, pouco se fez. As iniciativas empreendidas foram sempre pequenas e inexpressivas diante da magnitude do drama. Pouco ou nada, nesse quadro. É preciso mudar, mudar muito. Por isso estou convocando a Nação, cada brasileiro, a engajar-se de corpo e alma na luta pela criança. Precisamos de todos: do cidadão, das famílias, das igrejas e organizações religiosas, dos empresários, dos trabalhadores, dos partidos políticos, dos organismos representativos da sociedade, dos veículos de comunicação. O Brasil, enfim, tem de se conscientizar de que ou salvam-se as crianças ou perde-se o País.

«Meu Governo irá dedicar-se ao resgate das crianças.»

A luta pelo bem-estar e pela felicidade de nossos filhos tem a motivá-la o instinto natural mais profundo de defesa da prole e o imperativo ético maior da defesa do homem.

Aos homens públicos, a cada um de nós aqui presentes, deve mover também a indignação moral, a apreensão dos sentimentos básicos da coletividade, o compromisso que assumimos livremente de servir à nossa Pátria.

De hoje em diante, minha equipe de Governo se dedicará ao resgate das crianças brasileiras. O Ministro da Justiça, os Ministros militares, o Chanceler, os Ministros da área econômica e social, particularmente os da Saúde, da Educação e da Ação Social, os Secretários de Desportos, do Desenvolvimento Regional, da Cultura, do Meio Ambiente, todas as autoridades aqui reunidas, sob minha responsabilidade e orientação,

vamos trabalhar de maneira incansável para livrar as nossas crianças pobres e marginalizadas do pesadelo em que existem, simbolizando o nosso corpo ministerial o «Ministério da Criança».

Que o dia de hoje marque o compromisso do meu Governo com essa causa.

Aos líderes do Governo no Congresso Nacional, peço que encaminhem seus esforços na mesma direção. Estou certo de que o Legislativo tem plena consciência da necessidade de vencermos esse desafio, como haveremos de vencer.

Dirijo ainda um apelo especial ao egrégio Poder Judiciário. O problema do menor no Brasil não é um caso de polícia, mas sim uma questão elementar de justiça. É preciso fazer respeitar os direitos da criança, hoje reconhecidos em todo o mundo.

Assino nesta data mensagem encaminhando ao Congresso Nacional o texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada unanimemente pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro do ano passado.

Ressalto os seguintes direitos da criança enunciados na Convenção: — direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social;

— direito a uma educação que inspire o respeito aos direitos humanos, às liberdades fundamentais, aos pais, à identidade cultural, ao idioma e aos valores nacionais, bem como ao meio ambiente, e que prepare para assumir uma vida responsável numa sociedade livre, com espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade de sexos e amizade entre todos os povos;

— direito ao lazer, ao divertimento, à participação em atividades recreativas e na vida cultural e artística;

— direito de estar protegida contra a exploração econômica e contra o trabalho que possa afetar negativamente sua evolução, e ainda contra toda e qualquer forma de exploração ou abuso sexual;

— direito de não ser privada da liberdade de maneira ilegal ou arbitrária e também o de não ser submetida a tortura, nem a outros tratamentos ou penas cruéis.

«A ação do Governo deve ter uma preponderante dimensão social e humanitária.»

Muito se avançaria na luta pelo bem-estar da criança se a nova Constituição fosse plenamente cumprida. No meu caso, foi isso que jurei fazer e é isso o que vou fazer. Em seu artigo 227, a Carta Magna estabelece — «é dever da família, da

sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão».

Não sou eu quem determina que a criança seja objeto prioritário da ação do Estado, é a própria Constituição, que nos obriga a todos, não só aos governantes, mas também aos governados.

O Poder Executivo, eu garanto, há de cumprir com a sua parte. Começamos a fazê-lo desde o primeiro dia de Governo, quando tivemos de tomar medidas decisivas e vigorosas com vistas ao reordenamento da economia nacional e à recuperação da capacidade do Estado de servir com eficácia à vontade da Nação. Mas esses são esforços destinados ao fortalecimento dos meios, esforços que não podem adiar indefinidamente a clara determinação dos fins últimos que nos propusemos alcançar.

O sacrifício imposto pela reorganização da economia não pode de maneira alguma esgotar-se em si mesmo. Não é suficiente. A ação do Governo deve ter uma preponderante dimensão social e humanitária. Num país marcado ainda pela pobreza e pela injustiça na repartição dos frutos do progresso, o Governo precisa ser fonte de inspiração para uma profunda mudança de hábitos, atitudes e sensibilidades. Que Nação é esta que não quer ver o drama social?

Que Nação é esta que insiste em não reconhecer a absoluta prioridade de acabar com o sofrimento de milhões e milhões de brasileiros?

É inaceitável o argumento de que temos de esperar pelo crescimento antes de melhorarmos a distribuição dos resultados do trabalho. Não há desenvolvimento sem justiça social. A justiça social é requisito básico do desenvolvimento, da nacionalidade e da cidadania.

Nas democracias, nas sociedades baseadas na livre iniciativa, o Estado tem a missão fundamental de corrigir e compensar as distorções que surgem com maior ou menor intensidade com o funcionamento da economia de mercado.

No Brasil, essa necessidade é evidente: Herdamos dos efeitos de um modelo de desenvolvimento em cujo nome, entre muitos erros e omissões, cometeu-se o desatino de deixar pelo caminho, abandonada nas cidades e nos campos, exposta à doença, à corrupção, ao crime e às drogas, uma verdadeira legião de menores carentes de tudo.

Temos o dever de reverter essa situação; de garantir alimentação e saúde para as nossas crianças. Temos de tirá-las das ruas e dos desvios da marginalidade; de encaminhá-las à escola motivando-as para o estudo. Temos de levá-las de volta ao seio da família, ao convívio e guarda de pais capazes de dar-lhes sustento, afeto e amor; de fazer prevalecer o sentido de paternidade responsável. Temos de recuperar, de uma vez por todas, a família brasileira.

Atenção especial será dada às medidas que tenham por objetivo apoiar a mãe, tanto no período de gestação, como na fase decisiva do aleitamento. A salvação da infância começa necessariamente por esse cuidado.

Dedicaremos também grande esforço a combater de maneira eficaz o analfabetismo. É compromisso nacional e internacional. O Brasil tem muito ainda a fazer para que se realize a meta estabelecida, no âmbito da década mundial da luta contra o analfabetismo, que é a de erradicar esse problema até o ano 2.000. Primeira etapa dessa empreitada, 1990 foi declarado pela ONU «Ano Internacional da Alfabetização».

As áreas do Estado mais diretamente voltadas para o atendimento das necessidades da infância terão seus recursos imediatamente reforçados por meio da redistribuição de verbas e pessoal, melhorando a eficiência, evitando desperdícios, com um trabalho integrado e solidário. Além disso, serão criados, hoje e daqui por diante, novos mecanismos de captação destinados única e exclusivamente a essa finalidade. O setor público vai ser adaptado, com urgência, às enormes demandas que temos pela frente.

«Não existirá um país feliz se os seres mais débeis de sua sociedade são marginalizados.»

Temos de estabelecer, em bases sólidas, valores que guiem a vida da sociedade. De que serve o crescimento econômico se não existe solidariedade entre os brasileiros? O projeto de uma grande nação se faz com valores que sejam escolhidos livremente por sua gente. Mas não existirá um país feliz se os seres mais débeis de sua sociedade são marginalizados, ou são esquecidos. Insisto em que minha proposta não é simplesmente um programa de Governo, é uma proposta de recuperação dos valores de uma ética de convívio social.

Assumo, a partir de agora, o desafio de liderar a Nação na obra de construir um Brasil Novo para as crianças. Só assim poderemos legar um país melhor aos nossos filhos. Entro nessa batalha como Presidente da República, como brasileiro e, sobretudo, como pai.

Acredito e confio no Brasil. Este ainda há de ser o lugar ideal para se viver. Os imigrantes que ano após ano temos acolhido de braços abertos sabem disso. Eles vêm participar do progresso desta terra de grandes oportunidades. Eles sabem, sabemos todos que o Brasil tem condições plenas para transformar-se numa grande potência, na grande potência de um mundo em que o poder será medido pela felicidade do homem, e não mais pela força de artefatos nucleares. As soluções dependem de nós. A superação da crise econômica, o fim da calamidade social, a salvação de nossas crianças depende essencialmente do esforço de todos e de cada um dos brasileiros. Que Deus continue a nos ajudar!

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor
Fernando Coílor, Presidente da República Federativa do
Brasil, na Reunião Ministerial, realizada no Palácio do
Planalto, no dia 31 de maio de 1990.*

Solenidade de Assinatura da Portaria de Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI aos Taxistas

Mais uma etapa de compromissos cumpridos, que hoje encerramos com a autorização que é dada neste instante mediante a Portaria assinada pela Ministra e pelo Secretário Executivo da Economia, isentando em 100% o pagamento do IPI para os profissionais do volante.

Ainda no começo desta semana, também resgatávamos outro compromisso, que era a extinção do selo-pedágio. Ao mesmo tempo, estamos recomendando à Ministra da Economia que leve à reunião plenária do Confaz, que reúne todos os Secretários Estaduais da Fazenda do País, para que eles estendam este benefício ao ICM — imposto, como todos nós sabemos, da órbita estadual. Nós temos certeza de que os senhores Secretários Estaduais estarão, no momento da apresentação desta proposta, sensibilizados para a justiça dessa solicitação de todos os profissionais do volante, feita pelo Presidente da República por intermédio da senhora Ministra da Economia no sentido de facilitarmos um pouco mais a vida dos senhores profissionais que dedicam tantas horas de trabalho colocando em risco a sua própria vida, para ter, ao final do dia, ao final do mês, o sustento necessário para a sua família.

Particularmente, tenho uma grande admiração pelos taxistas. Como candidato, andando por esse Brasil afora, e mesmo antes disso, sempre me vali dos bons serviços dos taxistas. Sempre. Onde chegava, em qualquer capital, qualquer município, em qualquer cidade, sempre procurava demonstrar a minha confiança nesses profissionais. Afirmo, também, que sempre fui muito bem atendido em todas as oportunidades que tive de pegar um táxi e de me servir de um carro de praça, como lá nós costumamos chamar os táxis.

Pois bem, hoje nós estamos cumprindo mais um capítulo desses nossos compromissos, ao lado de meu Ministro do Trabalho e da Previdência Social, líder sindical, trabalhador como vocês, sensível aos reclamos da imensa maioria da população brasileira que é formada por trabalhadores, por abnegados, por homens de bem e mulheres dignas que se esforçam para construir esse Brasil Novo, com que em algum momento nós sonhamos e que desejamos.

Neste momento, ao lado do Secretário Executivo do Ministério da Economia e de dois companheiros líderes sindicais de Minas Gerais e de Brasília, quero lhes dizer da minha satisfação. Nada como a sensação do dever cumprido. Quero lhes dizer que eu não esgotarei por aí a cota de benefícios que eu quero levar a todos vocês. Embora não possa, hoje, assumir um compromisso diante de todos, posso lhes dizer que já encaminhei estudos junto à área econômica para verificarmos se é possível, ainda nesta fase de dificuldades pela

qual estamos passando, que a nossa Caixa Econômica e o Banco do Brasil abram uma linha de crédito especial destinada ao financiamento de veículos para os taxistas.

Espero, sinceramente, que as conclusões desses estudos sejam favoráveis, porque gostaria de numa próxima oportunidade, quem sabe mais cedo do que possamos esperar, estar assinando essa autorização — naturalmente, repito, dependendo dos estudos que estarão sendo procedidos, já a partir da próxima semana, pela nossa área econômica.

Enfim, gostaria de, ao finalizar as minhas palavras, manifestar a todos os senhores a alegria de tê-los aqui no Palácio do Planalto.

Eu aqui estou graças ao apoio e à ajuda que a classe dos taxistas em todos os recantos desse País ofereceu à minha candidatura. E é para vocês, para a imensa maioria do povo brasileiro, que estou governando o nosso Brasil. Com patriotismo, com espírito público, com determinação absoluta de resolver os nossos problemas e podermos lançar nesse chão sagrado da Nação brasileira, do território brasileiro, as estacas que haverão de fortalecer esse edifício da construção do Brasil Novo para a qual todos estamos dando a nossa participação, o nosso suor e os nossos esforços.

Muito obrigado aos líderes, muito obrigado a todos vocês por esta oportunidade.

Convidei-os para participar da cerimônia da rampa. E ouvi comentários de certos políticos dizendo que isso eu não podia fazer, que a rampa era sagrada, que só podia subir o Presidente.

Eu acho que ela é tão sagrada quanto a possibilidade que nós temos de proporcionar a subida dela por homens dignos, corretos e honestos como vocês. Por isso gostaria de me sentir honrado com vocês ao meu lado, hoje, descendo a rampa do Palácio do Planalto.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, na solenidade de assinatura da
portaria que concede aos taxistas isenção do Imposto
sobre Produtos Industrializados — IPI na aquisição de
automóveis de passageiros, realizada no Palácio do
Planalto, no dia 1º de junho de 1990.*

XX Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos — OEA

Quero de início agradecer à fidalga acolhida com que temos sido honrados neste país, bem como a dedicação e o empenho de suas autoridades, à frente b Excelentíssimo Senhor Presidente, Don Andrés Rodríguez, na organização deste evento.

Felicito o Chanceler Luís Maria Argana por sua consagradora eleição à Presidência da XX Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos. Estamos seguros de que sua presença à frente de nossos trabalhos contribuirá de forma relevante para o êxito desta reunião.

É grata a coincidência de celebrarmos o primeiro centenário de existência do sistema interamericano nesta senhorial e antiga cidade de Nossa Senhora Santa Maria de Assunção, também conhecida como *Madre de Ciudades* e a *Cuna de La Libertad de América*. Aqui brotaram idéias que estiveram na vanguarda de nosso tempo. Aqui floresceu uma civilização que ocupa espaço próprio na história das Américas pelos valores em que se fundamentou.

É significativo também que comemoemos este histórico momento na capital da irmã República do Paraguai, país que bem reflete a nova face e os anseios da América: a face da liberdade, da democracia e da vigência plena dos direitos humanos; os anseios da justiça e do desenvolvimento.

Há cem anos os países deste hemisfério lançavam as bases de um relacionamento que esperávamos conduzisse à paz e à prosperidade de nossos povos.

Cem anos se passaram e ainda não realizamos plenamente esse mundo ideal, mas já definimos os seus contornos na carta constitutiva da OEA.

Não foi tarefa menor. Não podemos construir a paz permanente senão sobre regras sólidas de boa convivência: o respeito à soberania, o respeito à não-intervenção, o respeito à autodeterminação, à solução pacífica de controvérsias, o cumprimento fiel dos tratados, o respeito às normas de direito internacional.

«Nosso maior desafio, no século que em breve começa, será o de atingir plenamente o ideal de paz e prosperidade.»

Esses princípios antecederam mesmo a nossa Carta: estiveram presentes desde a criação do sistema interamericano e consolidaram-se, ao longo dos anos, como normas de alcance universal.

Inspiram-se eles na vocação dos povos deste continente para o diálogo e o entendimento, e espelham os traços marcantes de nossa personalidade, de nosso sentimento americano.

É significativo que, passando meio século desde que os consagramos em nossa Carta, não fizemos senão preservar e fortalecer esses princípios nos dois protocolos da atualização que aprovamos.

Quando deles nossos países se afastaram por momentos, o resultado foi a decepção e o retrocesso. Não podemos agora abandoná-los ou revê-los sob a falsa alegação de que já não condizem com o momento histórico. Ao contrário, confiamos na sua validade e na sua permanência, pois que seu abandono nos devolveria aos tempos rudes e violentos da lei do mais forte.

Se nosso maior êxito nestes cem anos foi haver desenhado regras fundamentais de convivência, nosso maior desafio, no século que em breve começa, será o de atingir plenamente o ideal de paz e prosperidade, propósito original e primeiro do sistema interamericano.

Se em cem anos não o conseguimos alcançar integralmente, não há que desistir agora. Ao contrário, acontecimentos recentes demonstram que, quando conseguimos aproximar o mundo real em que vivemos do mundo ideal de nossa Carta, muito avançamos em termos de convivência hemisférica.

Com efeito, tal como prescreve a Carta, a democracia representativa afirma-se de forma extraordinária em quase todo o continente.

No curto lapso de tempo entre a passada Assembléia Geral e esta, dezenas de milhões de brasileiros foram às urnas para livremente eleger seus governantes, em extraordinária manifestação de civismo e maturidade política. Esse acontecimento, de grande significado para a Nação brasileira, ganha ainda em relevo quando verificamos que processos semelhantes ocorreram, no mesmo período, em vários outros países irmãos de continente.

Sob a égide da democracia, alcançamos nítidos progressos na proteção dos direitos humanos, passos significativos foram dados em direção a uma paz duradoura na América Central. Intensificou-se nossa ação solidária e coordenada no combate ao tráfico e ao consumo ilícito de drogas.

Não há como dissociar estas conquistas do papel que cumpre a OEA, seja por intermédio de seus órgãos especializados, seja ainda pela valiosa atuação de seu Secretário-Geral, Embaixador João Clemente Baena Soares, a quem prestamos nosso reconhecimento, sobretudo pelos seus ingentes esforços na busca de uma solução pacífica para os graves problemas da região centro-americana.

O exemplo recente da Nicarágua merece ser singularizado. Aí soube a OEA dar resposta pronta, solidária e eficiente, em pleno respeito que nossa Carta impõe.

«A cooperação para o desenvolvimento com justiça social deverá constituir meta prioritária da solidariedade continental».

Vivemos hoje um momento singular na história do hemisfério. Um momento de reconciliação e de renovadas esperanças no seu destino de paz. Não poderia ser outra a atitude de nações que se caracterizam pela diversidade, porém acostumadas à convivência de origens, cultura e religiões distintas. Devemos, contudo, cuidar para que nosso esforço comum não ceda a intolerâncias de bases étnicas ou a formas violentas de imposição de vontades pelo uso sistemático do terror, que ignoram nossa natural facilidade para a aceitação de diferenças e para a compreensão do outro.

Se a paz nos parece próxima, muito ainda deve ser feito para que desapareçam definitivamente as causas de conflito.

Recordo palavras que dirigi, como Presidente eleito, ao Conselho Permanente desta Organização, em janeiro passado: «Os ideais de paz, liberdade e justiça não se poderão realizar de maneira parcial. Não pode haver paz verdadeira onde imperam a doença e a fome. Não se pode falar em liberdade onde se vive única e exclusivamente para sobreviver. Não se pode pregar a justiça onde o atraso e a miséria são espectadores da prosperidade e do mais absoluto desperdício.

No seu segundo século de existência, a cooperação para o desenvolvimento com justiça social deverá constituir, portanto, meta prioritária da solidariedade continental. Devemos extirpar as raízes da tensão e do conflito. A promoção do desenvolvimento econômico, com respeito ao meio ambiente, não é tarefa simples. Em cem anos pouco avançamos. Cumpre agora inscrevê-la com prioridade em nossa agenda.

Muitos serão os desafios a enfrentar. Destes, impõe-se pela urgência o reequacionamento do problema da dívida externa. Não podemos mais sacrificar o nosso crescimento econômico para continuar a transferir injustamente recursos que nos são essenciais. Perdemos uma década. Fizemos opções penosas para reencontrar o caminho do desenvolvimento, modernizar nossas economias e sanear nossas finanças. Acenamos nossa disposição sincera para o diálogo aberto, franco e honesto. Confiamos em que obteremos uma resposta positiva e sensível às nossas justas aspirações e prementes necessidades. Devemos mobilizar esforços para encontrar, pela via da negociação, um desfecho construtivo e urgente para a matéria. Não podemos falar em futuro nem em desenvolvimento sem evocar a questão ecológica. Não se trata de problema exclusivo deste hemisfério. Sua dimensão afeta o destino da humanidade em seu conjunto, e tem sua raiz num modelo de crescimento que privilegia o desperdício e caminha para o extermínio da vida do planeta. Nosso desafio neste campo é duplo: cabe-nos, por um lado, reverter os processos prejudiciais ao meio ambiente global e os danos a ele infligidos pelo esbanjamento na prosperidade e, por outro, harmonizar o desenvolvimento — aspiração legítima de todos — com a preservação do nosso ambiente natural. É uma questão atual, urgente, que deve ser tratada sob uma perspectiva ampla e equilibrada, sem recriminações, para que se encontrem os caminhos verdadeiros, para que se encontrem os caminhos certos. É também uma questão que exige entre países desenvolvidos e em desenvolvimento uma cooperação solidária, sobretudo nos planos financeiro e tecnológico.

Outro desafio que devemos enfrentar é o da modernização. Acreditamos que a integração é passo essencial para modernizar nossas economias e para ajustar seu potencial competitivo às novas configurações econômicas que repontam no cenário internacional. Sem ela, estaremos fadados à marginalização e ao recolhimento. O processo de modernização depende também, e decisivamente, do prévio acervo de conhecimentos. O saber científico e tecnológico condiciona as modalidades de inovação e desenvolvimento. É imprescindível que se estabeleçam condições favoráveis a sua criação e a sua circulação em nossa área, de modo que alcancemos um desenvolvimento sustentável. É imprescindível que se manifeste uma vontade real de tornar acessíveis a todos as conquistas tecnológicas essenciais.

Como se já não bastasse a magnitude dos desafios que temos que enfrentar em nossas relações intra-hemisféricas, as impressionantes mudanças que estão ocorrendo no panorama internacional nos obrigam ainda a refletir sobre o futuro do sistema interamericano em outra dimensão de análise: a de suas relações extra-hemisféricas.

O relaxamento das tensões entre o Leste e o Oeste, os processos de afirmação democrática em curso no Leste Europeu e a tendência à formação de grandes blocos econômicos inauguram uma nova fase nas relações internacionais, que esperamos, firmemente, seja marcada pela paz e pelo desenvolvimento, sempre com justiça social. Inauguram também um período de exponencial importância para esta Organização. Abrem-se novas oportunidades de cooperação, que devemos aproveitar. Abre-se um novo espaço para o diálogo, do qual devemos participar em conjunto, com um sentimento de que pertencemos todos, prioritariamente, a este novo mundo. Façamos chegar aos outros continentes nosso compromisso solidário com a paz.

Somente com uma OEA fortalecida poderemos cumprir essas tarefas. Somente provendo-lhe os recursos de que necessita poderemos cobrar-lhe eficácia. Somente emprestando-lhe a indispensável determinação política poderemos exigir agilidade em suas deliberações. Criamos esta Organização como foro para o diálogo e o entendimento, e é assim que devemos utilizá-la, de forma franca e solidária. Ao cumprir-se o primeiro centenário de existência do sistema interamericano, renovamos nossa confiança em seu relevo e na permanência dos valores fundamentais em que se baseia. Renovamos também nosso compromisso inarredável com a solidariedade continental. Esta é a mensagem do Governo brasileiro neste histórico momento. Peço a Vossas Excelências que dela dêem notícia aos povos irmãos das Américas. Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, no ato inaugural do XX período
ordinário de sessões da Assembléia Geral
da Organização dos Estados Americanos —
OEA, realizado em Assunção, Paraguai, no dia 4 de
junho de 1990. 23*

Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente

Comemora-se hoje o Dia Mundial do Meio Ambiente, conforme declaração das Nações Unidas em 1972. O Brasil une-se às manifestações que têm por ânimo aprofundar a consciência global sobre a importância da proteção e conservação dos recursos naturais.

Quis falar hoje, a todos os brasileiros, daqui do Pantanal Mato-grossense, pedaço do território nacional onde a paisagem, em seu harmonioso esplendor, convida-nos a pensar sobre as relações do homem com a natureza.

O mundo está ameaçado pelo ataque da civilização à atmosfera, aos rios, oceanos e florestas. O homem construiu seu bem-estar na presunção de que os recursos naturais teriam disponibilidade permanente. As sociedades modernas confundem progresso com padrões de consumo e desperdício que vêm gerando pressão insustentável para a natureza. Esse modelo perverso de crescimento foi, no passado, a mola propulsora do colonialismo, e no presente é a causa principal dos desequilíbrios nas relações econômicas entre os povos.

O subdesenvolvimento constitui, em si mesmo, uma fonte de degradação ambiental. A pobreza e a miséria, que reduzem populações inteiras a níveis de existência incompatíveis com a dignidade humana, são a expressão mais cruel e desumana do nosso tempo. Por isso, a proteção do meio ambiente não pode ser alcançada sem a melhoria das condições econômicas e sociais que afligem as populações menos favorecidas.

«A questão do meio ambiente não pode ser tratada entre governos por acusações mútuas, como se os países se dividissem entre inocentes e culpados.»

As questões ecológicas surgem com notável impulso nos últimos anos, em virtude do preocupante agravamento das perturbações ambientais. A humanidade se vê, subitamente, confrontada pela ameaça de alterações climáticas, pela destruição da camada de ozônio, por chuvas ácidas, níveis crescentes de poluição dos rios e oceanos, degradação dos solos, avanço da desertificação, acúmulo de resíduos tóxicos e radioativos, redução da cobertura vegetal da Terra e perda da diversidade biológica.

A conjugação desses fatores revela a precariedade da própria saúde do planeta e exigiu um grito de alerta.

A emergência dessa temática, no entanto, carregou-se de forte emocionalismo. Incorporada no discurso político, derrapou ela, seguidamente, em posturas internacionais maniqueístas e recriminatórias. O sensacionalismo e alarme com que os problemas ambientais tenderam a ser tratados estimularam a confrontação retórica e inibiram a cooperação internacional.

A preocupação da comunidade internacional com os problemas ecológicos passou a eleger, nos últimos anos, como um dos focos prioritários de atenção, a preservação das florestas tropicais. Pretendeu-se, em conseqüência, expor os países detentores de florestas tropicais, perante a opinião pública mundial, como responsáveis pela degradação das condições físicas do planeta.

É tarefa urgente corrigir essas distorções de enfoque. Na minha viagem ao exterior, já como Presidente eleito, ressaltai que esta questão não pode ser tratada entre governos por acusações mútuas, como se os países se dividissem entre inocentes e 25 culpados. É preciso dialogar com racionalidade, espírito construtivo e de maneira imune a simplismos paternalistas.

É com esse espírito que o Brasil sediará em 1992 a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Tenho certeza de que a legítima preocupação da comunidade mundial se traduzirá num esforço efetivo de cooperação em todos os níveis, em busca da correção dos desequilíbrios que ameaçam a Terra. Nos países em desenvolvimento, a solução dos problemas ambientais deve também voltar-se para a erradicação das situações crônicas de pobreza, miséria, fome e desemprego. A tarefa inadiável consiste em harmonizar o respeito e a preservação da natureza com uma dinâmica racional de desenvolvimento.

O conceito de «desenvolvimento sustentável» é a contribuição valiosa para o tratamento da questão do desenvolvimento econômico aliado à imperiosa conservação do meio físico. O desenvolvimento será sustentável se o desperdício for eliminado e a pobreza for superada. Não aceito que a aplicação do conceito se reduza a uma formulação simplista, servindo de pretexto para ingerências na administração soberana dos recursos naturais, para a imposição de novas condicionalidades na alocação de recursos para o desenvolvimento, e muito menos para fundamentar o congelamento das desigualdades que se refletem nos níveis mundiais de produção e consumo. Desenvolvimento sustentável significa, em última análise, que os que possuem pouco devem ascender a patamares mais elevados de qualidade de vida, e os que possuem muito devem controlar a voracidade do seu consumo.

«A proteção dos espaços naturais requer a definição de formas inovadoras de cooperação nas áreas econômica e financeira.»

Devemos combater as práticas protecionistas que no mercado internacional deprimem os preços das matérias-primas exportadas pelos países em desenvolvimento, gerando pressões adicionais sobre suas economias, e acelerando a exploração irracional dos recursos naturais. Devemos encontrar uma solução urgente para o angustiante problema da dívida externa, que converte os países em desenvolvimento em exportadores líquidos de capital, subtraindo recursos necessários ao atendimento das carências sociais das populações desfavorecidas.

Em que pese o vigor retórico a ela dispensado, a questão ecológica vem sendo tratada pela comunidade internacional com recursos que ficam muito aquém das necessidades. Essa situação contrasta com o volume dos gastos militares em todo o mundo, e especialmente com a manutenção de arsenais nucleares e de outras armas de destruição em massa, suficientes para aniquilar não apenas uma, mas ironicamente milhares de vezes toda a vida existente sobre o planeta.

A proteção dos espaços naturais requer a definição de formas inovadoras de cooperação nas áreas econômica e financeira. É necessário prover recursos adicionais, em bases concessionais e livres de condicionalidades, que possibilitem aos países em desenvolvimento arcar com o considerável ônus financeiro que representa a adaptação prudente e gradativa de suas atividades econômicas e padrões mais elevados de proteção ecológica. Será necessário promover o fluxo de tecnologias ambientais saudáveis, especialmente daquelas voltadas para o uso eficiente de energia e a redução dos níveis de poluição. O acesso dos países em desenvolvimento a essas tecnologias não pode ficar sujeito aos ditames de interesses puramente comerciais que apenas agravam a sua crítica situação de dependência tecnológica. Não se justifica a existência de monopólios de conhecimento, impedindo o acesso aos instrumentos necessários à tarefa comum de proteção da natureza.

A dimensão dos problemas em escala global e o custo que a proteção do ambiente natural representa justificam a criação de um Fundo Internacional. Tenho reiterado a proposta de criação de um imposto internacional sobre as emissões de carbono decorrentes da queima de combustíveis fósseis. A tributação das emissões de poluentes, que na sua maior parte provém dos países industrializados, poderia alimentar um fundo a ser constituído sob a égide das Nações Unidas, cujos recursos seriam destinados ao financiamento de programas de desenvolvimento e proteção ambiental e à transferência de tecnologia. A tributação das emissões de carbono deveria situar-se necessariamente no contexto da implementação, pelos países industrializados, de compromissos específicos de estabilização e redução dos seus elevadíssimos índices de emissão *per capita* de poluentes na atmosfera. Caso contrário, estaríamos apenas escamoteando, através do tributo, a legitimação de um suposto «direito de poluir», econômica e moralmente inaceitável.

Essas questões terão importância fundamental na agenda da Conferência de 1992, que deverá centrar suas atenções na promoção do desenvolvimento racional, com o categórico dever de proteção ecológica. Evento sem precedentes, com a participação não apenas de Chefes de Estado e Governo, delegações oficiais de alto

nível, mas também de representantes de organismos internacionais, entidades não-governamentais e de representantes das comunidades científica, acadêmica e industrial, caberá à Conferência de 1992 propor estratégias e medidas para conter e reverter o processo de degradação da natureza, de forma consentânea com a promoção do desenvolvimento. A Conferência não haverá de frustrar nossas esperanças.

Anuncio a criação da Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que se instala nesta semana. Presidida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, a Comissão deverá assessorar diretamente o Presidente da República nas decisões relativas ao tratamento internacional das questões ambientais, especialmente no que se refere a alterações climáticas, proteção da camada de ozônio, conservação da diversidade biológica e coordenação substantiva da participação brasileira nos trabalhos preparatórios da Conferência.

«O Brasil saberá conduzir sem complexos a defesa de sua soberania, com uma atitude positiva e conseqüente.»

O debate interno sobre a questão ecológica constitui uma das manifestações mais saudáveis da consolidação democrática neste País. Existe, felizmente, no Brasil uma consciência cada vez mais acentuada da necessidade de promover o respeito pela natureza. Poucas questões foram objeto de tão amplo consenso nacional como a importância de empregar todos os meios ao nosso alcance para proteger o imenso patrimônio físico do Brasil. Esta consciência, que está refletida nos dispositivos de nossa Constituição, é visível na inclusão do tema como item programático dos partidos políticos e de disciplina pertinente no currículo escolar do País, na formação do movimento de ação ecológica no Congresso Nacional e na salutar proliferação de organizações civis dedicadas à investigação, à educação e à proteção do ambiente físico, sem falar na iniciativa do novo Governo de criar a Secretaria do Meio Ambiente e a ela entregar para chefiar o Professor José Lutzemberger.

Meu propósito é o de que a definição e consolidação das diretrizes de ação governamental traduzam o alto grau de conscientização alcançado pela sociedade brasileira nesse terreno. Não prescindiremos da contribuição de todos nessa tarefa.

Tenho afirmado que o Brasil saberá conduzir sem complexos a defesa de sua soberania, com uma atitude positiva e conseqüente, e não defensiva, face a um problema cuja dimensão afeta o destino do planeta, bem como o do gênero humano.

A credibilidade de nossa postura externa se reforçará na medida em que as ações internas assim nos credenciem. Seguiremos aqui a mesma trilha que tomamos na inadiável decisão de saneamento moral, econômico e administrativo, sem esperar que um pretenso paternalismo venha tutelar o exercício de nossas responsabilidades. Os

canais de cooperação internacional serão muito mais eficazes e produtivos na medida em que nós próprios indiquemos o caminho.

A questão do meio ambiente tem disfarces notórios com a promoção dos direitos humanos. O respeito à dignidade do homem somente se completa na medida em que se realizem os seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais. Esses direitos têm caráter indivisível e interdependente e só adquirem plenitude quando as sociedades se desenvolvem em bases democráticas e asseguram a todos condições dignas de qualidade de vida, nutrição, emprego, saúde e educação. O compromisso com o meio ambiente é, portanto, ao mesmo tempo, um compromisso com a vida e com o respeito aos direitos humanos. A consolidação da democracia política representa um passo decisivo nesse sentido. Resta-nos agora a superação da crise econômica e o encontro dos caminhos que nos levem à condição de País desenvolvido.

«Estou determinado a liderar um esforço coletivo no sentido de fazer respeitar os direitos das populações indígenas.»

A defesa dos povos indígenas está na confluência das questões dos direitos humanos e da proteção ambiental. Meu Governo se empenhará no sentido de que sejam respeitadas sua cultura, suas tradições e sua maneira de viver. Para tanto será necessário reformular atitudes e superar distorções no tratamento do tema. Estou determinado a liderar um esforço coletivo no sentido de fazer respeitar os direitos das populações indígenas. Em exemplo desse propósito, na visita que fiz à área Yanomami, determinei a destruição de pistas clandestinas que há pouco serviam de apoio a atividades irregulares de garimpo na região. A terra para os nossos indígenas significa muito mais do que riqueza: é a condição vital de sua sobrevivência e o embasamento de sua cultura. Tratarei de envidar todos os esforços no sentido de cumprir a determinação constitucional de concluir, até 1993, o processo de demarcação daquelas terras, que são também depositárias de um imenso patrimônio natural, arqueológico e cultural.

A atenção prioritária no tratamento da natureza já se sente nas ações cotidianas do Governo. Com esse propósito, dentre as primeiras medidas adotadas, promovi reestruturação do Sistema Nacional do Meio Ambiente. O Conselho de Governo, integrado pelos Ministros de Estado, é o órgão superior do Sistema, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e das diretrizes governamentais. Representa, com as atribuições de órgão consultivo e deliberativo do Sistema, o elo de ligação entre a sociedade civil e os órgãos governamentais. Sua atuação deve ser reforçada e prestigiada. Criei a Secretaria do Meio Ambiente, órgão de assistência direta do Presidente da República, responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e controle da política e das diretrizes governamentais. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente, é o órgão federal de execução daquelas políticas e diretrizes.

Ainda dentre as primeiras ações de Governo, em visita à Amazônia, determinei associar-se aos objetivos do Projeto Calha Norte a defesa do ecossistema na região. Determinei igualmente a constituição de um grupo de trabalho para apressar as providências de ordenamento territorial da região amazônica. O ordenamento territorial será, durante o meu Governo, instrumento essencial de implementação da política de proteção às florestas e aos rios do País. Na fiscalização das atividades predatórias, a política do Governo é de fazer cumprir a lei. Agiremos com rigor na aplicação das penalidades previstas aos que se arrisquem a confiar na impunidade. Essa disposição já se tem feito sentir sobre a pesca predatória, o contrabando de peles, a extração irregular de madeira, a atuação de usinas que insistiram em desobedecer às exigências legais relativas à utilização de carvão vegetal. Lembro o dever que a Constituição impõe a todos, de defender e preservar o nosso patrimônio comum para as presentes e futuras gerações.

Ainda hoje assinarei decreto que consolida as normas aplicáveis ao Sistema Nacional do Meio Ambiente adaptando-as à nova estrutura administrativa. Assinarei também decreto que declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, toda a área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Outro ato criará a Reserva Biológica de Uatumã, para proteção de uma região de grande valor ecológico, contígua à Hidrelétrica de Balbina. Visa-se com a criação da reserva, garantir a perenidade de inúmeros cursos d'água, a preservação da diversidade botânica e a redução dos impactos ambientais negativos na região. Serão também criadas as áreas de relevante interesse ecológico de cerrado Pé-de-Gigante e Buriti-de-Vassununga, ambas no estado de São Paulo. Criarei a área de proteção ambiental Serra de Tabatinga, entre os estados do Maranhão e Tocantins, com o objetivo de proteger as nascentes do rio Parnaíba, assegurar a qualidade das águas e a vazão dos mananciais da região e garantir a preservação da flora, da fauna e do solo.

«O Brasil está disposto a dar sua contribuição em favor do equilíbrio
do meio ambiente global.»

Tenho a especial satisfação de assinar no «Dia Mundial do Meio Ambiente» o ato de promulgação da «Convenção de Viena» sobre a proteção da camada de ozônio, e o protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio, cujos instrumentos de adesão pelo Brasil fiz depositar junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas já nos primeiros dias de meu Governo. Assenta-se assim o compromisso brasileiro de participar dos esforços internacionais para impedir a diminuição da camada de ozônio. Somos favoráveis a um controle mais estrito dos clorofluorcarbonos, e nesse sentido apoiamos a aceleração dos objetivos de redução da produção e consumo

daquelas substâncias. Todos os países devem assumir responsabilidades nesse esforço comum. O Brasil está também disposto a dar sua contribuição em favor do equilíbrio do meio ambiente global. Deve-se, contudo, diferenciar claramente as obrigações a serem assumidas pelos países industrializados, que no seu conjunto respondem pela quase totalidade da produção mundial das substâncias que atacam a camada de ozônio. É necessário assegurar o acesso livre e desimpedido de todos os países às substâncias e tecnologias alternativas. A velocidade com que os países em desenvolvimento poderão implementar programas de reconversão industrial com vistas à redução do uso de CFC dependerá de uma efetiva transferência de tecnologia e da criação de mecanismos financeiros adequados.

Determinei a todos os Ministros de Estado e Secretários vinculados à Presidência a realização, em caráter de urgência, de estudo das ações que, no âmbito de cada pasta, deverão ser tomadas com vistas à promoção harmônica do desenvolvimento e proteção do meio ambiente.

Cada Ministério e Secretaria tornará público o elenco de medidas a serem desencadeadas. Convoco toda a cidadania a contribuir ativamente na discussão e condução das ações anunciadas.

Sabemos que os grandes sistemas naturais brasileiros apresentam todos os graves problemas ligados à ocupação predatória do espaço, na maioria das vezes estimulada por políticas de incentivos que carecem de urgente revisão. A Amazônia, o Pantanal, a Mata Atlântica, os cerrados e caatingas são partes preciosas do patrimônio nacional, e como tal devem ser protegidos da exploração irracional. A ocupação dos espaços e a utilização dos recursos naturais devem ser feitas com absoluto respeito à vocação natural dos ecossistemas. A tarefa diante de nós é enorme e não devemos subestimá-la. É preciso conter as queimadas na Amazônia, é preciso proteger nossos rios da contaminação pelo mercúrio, é preciso impedir a destruição de florestas nativas, proteger a vida selvagem, combater o contrabando de peles, promover adequadamente condições de saneamento urbano, elevar as condições sanitárias das populações rurais e urbanas, combater as endemias, controlar o emprego abusivo de agrotóxicos, promover o uso eficiente de energia, controlar a poluição industrial, tratar adequadamente o lixo urbano e os resíduos industriais, desenvolver e absorver tecnologias apropriadas à gestão ambiental, promover educação ambiental.

Também temos pela frente o desafio de incorporar anualmente dois milhões de jovens ao mercado de trabalho, resgatar milhares de famílias da pobreza, da miséria, da fome e do desemprego, melhorar os padrões de atendimento sanitário, promover a universalidade do ensino. Eis um desafio imenso que exige a mobilização de recursos que vão, quase sempre, muito além das nossas possibilidades imediatas.

A grandeza do desafio exige a busca de soluções mediante a boa cumplicidade, cotidiana e permanente, entre o Governo e todos os segmentos da sociedade. Haveremos de vencer. Nossa determinação não esmorecerá! Que Deus nos ajude!

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor
Fernando Collor, Presidente da República Federativa do
Brasil, por ocasião das comemorações do Dia Nacional do
Meio Ambiente na Fazenda Santana, Mato Grosso do
Sul, no dia 5 de junho de 1990.*

Solenidade de Assinatura de Convênios Entre a Rede Ferroviária Federal e a Companhia Vale do Rio Doce

Sinto-me feliz pelo fato de, com menos de três meses de Governo, poder atender a uma aspiração de quase 30 anos das lideranças políticas, das lideranças empresariais e do povo de Minas Gerais.

Quando o Ministro Ozires Silva me prestou contas de que as Secretarias Nacionais de Transportes e de Minas e Metalurgia, por intermédio da Rede Ferroviária Federal e da Companhia Vale do Rio Doce, estavam concluindo este contrato, pedi que a cerimônia de sua assinatura — dada a importância não somente para Minas Gerais, mas também para Goiás e Espírito Santo — fosse realizada aqui, no Palácio do Planalto.

Como bem assinalou o Ministro da Infra-Estrutura, o contrato permitirá eliminar os três gargalos que impedem, hoje, efetivamente, a utilização, com eficiência, da alternativa ferroviária para escoamento da safra agrícola do Planalto Central e dos cerrados de Minas Gerais, via Belo Horizonte, seja em direção a Vitória, seja em direção ao Rio de Janeiro ou a São Paulo.

Quando estiverem concluídas as obras da variante que dará acesso da Estrada de Ferro Vitória-Minas a Belo Horizonte, atravessando a Grande Belo Horizonte, com a retificação e modernização do traçado da Serra do Tigre, os trens, carregados de grãos em Brasília ou em Goiânia, poderão ir diretamente para Vitória ou, através do entroncamento da capital mineira, seguir para o Rio de Janeiro ou São Paulo.

Pode-se bem imaginar o que isto representará para o desenvolvimento do País. Será possível utilizar toda a experiência de exportação da Companhia Vale do Rio Doce, bem como o grande complexo portuário da costa do Espírito Santo, formado pelos portos de Tubarão, Praia Mole, Capuava, Paul e Barra do Riacho, todos eles ligados ao interior do País através da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

Com esse contrato entre a Companhia Vale do Rio Doce e a Rede Ferroviária Federal, o sistema ferroviário brasileiro se tornará mais eficiente. A redução de custos que possibilitará, vai melhorar também a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo.

Quero me congratular mais uma vez com toda a população de Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás, me congratular com a classe política do estado de Minas e com as lideranças empresariais de Minas Gerais, por terem lutado de uma forma tenaz, objetiva e segura pela realização deste que é um sonho de tantos e tantos anos.

Esta realização está nas mãos e no comando firme do Ministro de Estado da Infra-Estrutura, Dr. Ozires Silva, assessorado pelos seus diversos Secretários Nacionais — e naturalmente com a política sobretudo do estado de Minas, coordenada pelo nosso Vice-Presidente Itamar Franco, ilustre homem público das Minas Gerais, e que representa aqui o sentimento e a devoção deste estado para com os compromissos nacionais.

Eu tenho a certeza de que, em breve, teremos essa obra concluída e que poderemos comemorar a inauguração desse trecho, que sem dúvida nenhuma vai induzir o desenvolvimento brasileiro, reduzindo os fretes, reduzindo o tempo de trânsito desses mesmos produtos e fazendo, portanto, com que o nosso desenvolvimento seja alcançado nos patamares que desejamos antes do período previsto.

Quero mais uma vez agradecer, nesse instante, a toda população do estado de Mato Grosso do Sul, que ontem, na visita que fizemos, comemorando o «Dia Mundial do Meio Ambiente », esteve em todos os momentos nos incentivando a prosseguir nessa cruzada ecológica.

É perfeitamente possível, e não somente aconselhável e desejável como imperioso, que possamos fazer com que o processo de desenvolvimento econômico esteja intimamente associado à idéia e ao propósito de preservação ambiental. Os instantes em que anunciamos medidas fundamentais para a consolidação das bases de uma política ecológica, como no dia de ontem, não serão suficientes se não houver também uma substancial mudança de cultura dentro do Brasil, para sublinharmos a importância da preocupação ecológica para o futuro não somente do Brasil, mas do nosso planeta.

A realidade é que o nosso planeta está sendo devastado, fruto de uma busca indiscriminada do progresso a qualquer custo. Não. O progresso tem um custo que deve ser minimizado sobretudo na área social e na área ecológica, que estão intimamente associadas. Nós não haveremos de fazer com que o progresso traga somente benefícios de ordem social, se ele em algum momento afetar a preservação ambiental, porque estaremos aí incorrendo num outro equívoco, num outro erro, que redundaria em problemas maiores para a população como um todo, atingindo, portanto, a questão social.

Mas fiquei extremamente satisfeito por termos podido ontem, mais uma vez, ratificar os nossos compromissos com a causa ecológica. Quero aproveitar a oportunidade para fazer este apelo e esta solicitação não somente aos excelentíssimos senhores representantes da classe política que aqui estão presentes, aos representantes da grande imprensa que aqui também estão representados — ali vejo o nosso companheiro do *Estado de Minas* e de outros jornais que aqui também estão — para que todos estejamos associados nessa luta pela própria vida, pela própria existência, e pela própria manutenção do nosso ecossistema.

Muito obrigado a todos os senhores.

E que Deus continue a nos ajudar.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, na solenidade de assinatura de
convênios entre a Rede Ferroviária Federal e
a Companhia Vale do Rio Doce, realizada no Palácio do
Planalto, no dia 6 de junho de 1990.*

Visita ao Monumento aos Oficiais e Soldados Brasileiros Mortos Durante a Segunda Guerra Mundial

Como Presidente da República Federativa do Brasil, é com muito orgulho e com muita honra que compareço a Pistóia, nesta manhã, para reverenciar a memória dos nossos bravos pracinhas, soldados e oficiais brasileiros que se bateram e morreram nos campos da Itália para lutar pela liberdade, pela paz e prosperidade dos povos.

Vir a Pistóia é reencontrar um pouco do Brasil, como também, para qualquer italiano, chegar ao Brasil é se sentir em sua própria casa. A colônia italiana do Brasil, além de numerosa, é especialmente qualificada para o trabalho. Por isso nossas identidades são muito grandes. As nossas raízes latinas costumam sempre falar mais alto. No fundo, o Brasil e a América Latina são um reflexo do continente europeu. Aqui estão as nossas raízes e cada um de nós se alimenta pelas próprias raízes. Por isso, voltar à Itália é nos realimentarmos um pouco da nossa cultura e sobretudo da amizade que vincula os nossos povos.

«Para que possamos conquistar verdadeiramente a paz, é necessário que estejamos verdadeiramente libertos.»

Hoje, quando estivemos na cerimônia de homenagem póstuma aos pracinhas brasileiros aqui em Pistóia, refletíamos sobre a liberdade. O Papa João Paulo II diz que hoje a paz tem um novo nome, que é solidariedade. Eu diria que, para que hoje possamos conquistar verdadeiramente a paz, é necessário que estejamos verdadeiramente libertos. Esta liberdade, Senhor Cindaco, Senhor Ministro, ela só pode ser rigorosamente conquistada quando os povos do mundo não desenvolvido tiverem acesso às novas formas de tecnologia. Sem isso é impossível que o mundo desenvolvido alcance novos patamares de desenvolvimento. Eu tenho certeza, eu acredito, tenho muita fé em que a solidariedade de que fala o Papa João Paulo II estará intimamente associada a esse desejo de se libertar dos nossos povos, alcançando novos patamares de desenvolvimento com o acesso que nos será proporcionado às novas formas de tecnologia.

Gostaria, ao finalizar as minhas palavras, de agradecer, sinceramente, em nome do povo brasileiro, a toda a população de Pistóia, a toda a população deste grande país que é a Itália, pela generosidade com que nos recebe, pela gentileza com que nos estende a mão, e com a certeza de que Itália e Brasil estarão sempre lutando, como

estiveram no passado, pela paz, pela liberdade, pela solidariedade e pela justiça social em todo o nosso planeta.

Muito obrigado Senhor Cindaco.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, em visita ao monumento aos
oficiais e soldados brasileiros mortos durante a Segunda
Guerra Mundial, em Pistóia, Itália, no dia 9 de junho de
1990.*

Cerimônia de Apresentação dos Estagiários da Escola Superior de Guerra

É com especial satisfação que os recebo aqui, hoje, no Palácio do Planalto. Que esta ocasião sirva para demonstrar uma vez mais o reconhecimento do valor e da importância do trabalho realizado pela Escola Superior de Guerra, voltada que está, esta escola, para o estudo de assuntos estratégicos, hoje, mais do que nunca, adequada à nova realidade mundial.

Na democracia que hoje somos, e que haveremos de ser para sempre, o livre debate de idéias, com a participação de todos os setores representativos da sociedade, é realmente fundamental. Só assim as decisões sobre o futuro da Nação poderão corresponder aos verdadeiros interesses da maioria da nossa gente; só assim poderão atender à necessidade de adotarmos, com urgência, um modelo de desenvolvimento capaz de incorporar a totalidade de nosso povo na marcha rumo ao desenvolvimento e ao bem-estar social.

A Escola Superior de Guerra tem cumprido missão essencial como foro elevado de estudo e discussão dos mais variados aspectos da realidade nacional, de nossa inserção no contexto mundial. A presença de representantes de diversos setores organizados da coletividade dá a esses exercícios o caráter plural e equilibrado, indispensável num universo social tão complexo quanto o nosso.

Indispensável também é a liberdade que serve de base a esse tipo de reflexão. As idéias devem ser enfrentadas com idéias, jamais com o arbítrio.

A esta turma de estagiários desejo fazer duas referências particulares. A denominação de Turma Força Expedicionária Brasileira evoca o engajamento do Brasil e o sacrifício de brasileiros na luta pela liberdade, pela democracia. Ainda há poucos dias visitei em Pistóia, na Itália, o monumento votivo aos brasileiros mortos na Segunda Guerra Mundial. Fui o primeiro Presidente da República a fazê-lo, e com que emoção, e com que orgulho o fiz! Vivi então uma experiência marcante, um momento de intensa emoção pessoal.

melhor forma de honrar a memória de nossos compatriotas caídos na guerra, de cada um dos integrantes da FEB, é construir um País onde os únicos poderes absolutos sejam a vontade popular, consagrada na Constituição, e o respeito aos direitos da pessoa humana.

Vejo a escolha de Lindolfo Collor para patrono da turma como homenagem a alguém que pautou sua vida pública pela convicção de que, para sermos uma Nação forte, teremos de ser uma Nação socialmente justa, uma Nação que recompense de maneira correta o trabalho de sua gente. Nesse sentido, Lindolfo Collor antecipou-se

aos tempos que hoje vivemos, tempos em que as medidas tradicionais do poder nacional cedem lugar a parâmetros muito diferentes. Na era atual, valem os critérios da riqueza, da produtividade, da capacidade científica e tecnológica e, enfim, da maior integração a um sistema internacional voltado cada vez menos para a preparação da guerra e cada vez mais, esperamos, para o estabelecimento definitivo da paz e da solidariedade entre os povos.

Os estudos e discussões desenvolvidos na Escola Superior de Guerra contribuem, estou certo, para uma compreensão mais exata do presente e para a identificação dos rumos a seguir na construção de um futuro melhor para o Brasil, um futuro de felicidade e bem-estar para todos os brasileiros. Quando o tema é o Brasil, é preciso pensar grande. Devemos nos entregar de cor- 42 pó e alma à tarefa de erguer uma Nação fortalecida pela realização das mais justas aspirações de nossa sociedade. Este é o desafio, a finalidade última do progresso e de todos os nossos esforços. Vamos, juntos e em conjunto, vencê-lo.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, na cerimônia de apresentação
dos estagiários da Escola Superior de Guerra, no
Palácio do Planalto, no dia 18 de junho de 1990.*

Cerimônia de Retomada das Obras da Represa de Xingo

Há cerca de três anos atrás, aqui estávamos nós, os governadores eleitos de 1986, para assistir ao início das obras da Hidrelétrica de Xingo. Naquela oportunidade aqui estive, na honrosa condição de Governador do estado de Alagoas, e não poderia imaginar que quase três anos depois caberia a mim, como Presidente eleito pelo voto popular da Nação brasileira, voltar aqui para retomar as obras de Xingo.

Muito tempo se passou, muitas ocorrências tiveram lugar, e uma delas foi exatamente a recomposição do processo democrático, mediante a realização de eleições livres, soberanas, pelo povo brasileiro, do primeiro Presidente da República depois de 30 anos.

Quis o povo brasileiro, em duas oportunidades, no primeiro e no segundo turno, eleger, talvez, não somente a figura do candidato, mas um programa de Governo, as prioridades e as diretrizes daquele candidato que emergiu vitorioso com o voto soberano do povo.

Portanto, cabe a nós, como mandatários do voto popular e do desejo da Nação brasileira, cumprir rigorosamente este Programa de Governo, sob pena de crime de alta traição àqueles 56 milhões de brasileiros que optaram por este caminho, que optaram por esta trilha.

Vocês me conhecem de perto e sabem que eu não deixo um trabalho feito pela metade. Vocês sabem que nunca tive, não tenho, nem terei receio, nem medo de cara feia, nem de assombração.

Eu estou na Presidência da República para cumprir, ponto por ponto, vírgula por vírgula, tudo aquilo que coloquei em praças públicas, nas televisões e nos debates de que participei. Aqueles que eventualmente queiram aplicar outro Programa de Governo que não seja este, que foi escolhido pelo voto popular, que tratem de, nas próximas eleições, mais uma vez, tentar explicar ao povo o programa que foi derrotado, o programa do atraso, o programa que não levaria o Brasil a canto nenhum.

«Xingo será uma realidade em 1994.»

Volto a Alagoas e ao Nordeste para me reencontrar com as águas do velho Chico, para beber desta água, que dá a cada um de nós, nordestinos, a força e a tenacidade para lutar pelos nossos objetivos. Volto para cumprir, sim, um compromisso que assumi diante de vocês, o compromisso que assumi com governadores da nossa região Nordeste de que não completaríamos cem dias de Governo sem que as obras de Xingo fossem retomadas na sua plenitude, visando, em 1994, inaugurarmos esta que será sem dúvida nenhuma uma das causas fundamentais da redenção econômica da nossa região.

Chego ao Nordeste e piso o chão sagrado das Alagoas, com o meu coração cheio de alegria e cheio de confiança. De alegria por rever tantos amigos, de alegria por rever aqueles que comigo estiveram nas horas difíceis, nas horas amargas, e que nunca abandonaram o barco. Confiança e esperança também trago no meu coração, porque eu tenho certeza, minha gente, de que estamos bem próximos de concretizar um sonho que acalentamos há séculos e séculos aqui no nosso Nordeste, que é transformá-lo numa região desenvolvida, próspera e socialmente justa. O Nordeste é rico, o Nordeste é poderoso, porque o Nordeste tem uma gente brava, a desfraldar a bandeira de tudo aquilo que desejamos para o futuro da Nação brasileira.

O Nordeste, como todos nós sabemos, é sofrido, mas o sofrimento da nossa gente parece que serve cada vez mais para demonstrar a fortaleza de espírito que domina cada um de nós, que com fé em Deus haveremos de ver concretizadas essas nossas metas e esses nossos objetivos.

Xingo é uma pedra fundamental para que possamos adquirir a prosperidade que tanto almejamos. Xingo será uma realidade em 94, como é uma realidade hoje, e eu aqui falo para minha gente e para meu povo na condição de Presidente eleito desta grande Nação, destas cores de que me orgulho representar, as cores verde, amarela, azul e branca, as cores da Bandeira brasileira.

Nós, minha gente, haveremos de continuar nesta toada, haveremos de continuar no nosso caminho. Nada fará, a não ser a vontade de Deus, com que possamos sair da trilha traçada e aprovada pelo voto popular. Temos esse compromisso com o Nordeste e com o Brasil, e haveremos, se Deus assim nos permitir, com a graça de Nossa Senhora das Graças, com a bênção de Frei Damião, nós haveremos sim, minha gente, ao final desses cinco anos de Governo que temos pela frente, de demonstrar que tudo aquilo que estamos implementando no Brasil visa sobretudo o desenvolvimento, o progresso e a justiça social para o nosso povo.

Muito obrigado a vocês.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor
Fernando Collor, Presidente da República Federativa do
Brasil, na cerimônia de retomada das obras da Represa de
Xingo, Alagoas, no dia 19 de junho de 1990.*

Visita à Cidade de Piranhas (Alagoas)

Minha gente amiga de Piranhas, minha gente amiga do sertão das Alagoas, parece que foi ontem, mas já lá se vão quase dez anos, quando iniciei a minha trilha política, depois de Prefeito de Maceió, como candidato a deputado federal.

Em 1982, caminhando por este sertão, palmilhando este chão, conheci gente amiga, que dava apoio àquele jovem candidato a deputado federal e que teve aqui em Piranhas, mais precisamente no Entremontes, uma votação que me encheu de orgulho e de alegria.

Veio 1986. Numa peregrinação cívica por cada um dos municípios e distritos da querida Alagoas, levava a mensagem de fé, que eu tinha e continuo tendo cada vez mais, à boa gente sertaneja, para que juntos pudéssemos promover o desenvolvimento com justiça social. Em 1986, Piranhas também me recebeu de braços abertos e naquela oportunidade — quero aqui deixar mais uma vez registrado o meu agradecimento — obtive no Piau a mais consagrada vitória já concedida a um candidato ao Governo do estado.

Lembro-me muito bem de como fui recebido no entroncamento da entrada de Piau. Com que esperança, com que satisfação e sobretudo com que amizade vocês me receberam! Essas imagens, minha gente, estão gravadas para sempre na minha memória, delas eu jamais me esquecerei, e dos meus compromissos com vocês jamais me afastarei.

Como Governador de Alagoas, rapidamente quisemos de uma vez por todas afirmar o nosso estado no cenário nacional, quisemos mostrar ao Brasil que aqui em Alagoas vive um povo bom e honrado que não deixa dobras na sua espinha e nem abaixa a sua cabeça diante das dificuldades, que Alagoas é um pedaço de chão limpo deste Brasil e haverá como sempre de dar o bom exemplo.

Veio a eleição presidencial, então o Governador do estado se lança candidato à Presidência da República. Em outros estados brasileiros, especialmente nos estados do Sul, interpretaram aquele gesto como uma atitude que não teria maiores conseqüências — o Governador de um pequeno estado como Alagoas pretender dirigir os destinos de todos os brasileiros na função honrosa de Presidente da República Federativa do Brasil. Lá saímos nós, mais uma vez, levando a mensagem de Alagoas, porque, quando em campanha, eu estava nos campos gaúchos ou nas matas da Amazônia, quem lá se encontrava não era Fernando Collor, quem lá se encontrava era Alagoas, desfraldando a bandeira da liberdade do povo brasileiro.

Finalmente, o povo brasileiro ouviu o grito, ouviu a mensagem de Alagoas através de seu candidato à Presidência da República. E não foi somente uma vez, mas em duas oportunidades. Porque nessa eleição de Presidente, como todos nós sabemos, quem ganhava a primeira não levava, tinha que depois ir à segunda para confirmar. E vocês e o Brasil me elegeram no primeiro turno e ratificaram no segundo que esta seria a solução, o caminho para corrigir os rumos que o País estava adotando. Minha gente, tudo isso faz, lá no Palácio do Planalto, nos momentos em que

me vejo com problemas graves e sérios para resolver, com que a minha memória volte no tempo e eu rememore esses bons tempos que nos trouxeram tanta esperança. Revejo as faces daqueles que estiveram juntos nessa luta, revejo e relembro os momentos difíceis por que passamos, tudo isso para que eu possa ganhar ainda mais força e mais disposição para lutar contra os problemas brasileiros, para poder solucionar os problemas nacionais.

Desta feita, chego a Alagoas para beber mais uma vez a água do velho Chico. Chego aqui também para estender a minha mão ao vizinho e amigo estado de Sergipe. Chego aqui para assinar a autorização para que sejam retomadas as obras de Xingo — obra indispensável para o nosso desenvolvimento.

«Não podia deixar de ouvir o reclamo do Nordeste, que queria com justiça que as obras de Xingo não permanecessem paralisadas por mais tempo.»

A partir de agora, Xingo estará contratando cerca de quatro a cinco mil pessoas para ajudarem nesta construção. A partir do final do ano que vem, nós já teremos cerca de nove mil pessoas trabalhando em Xingo, porque nós temos o compromisso de entregar essa obra em 1994, para que o Nordeste não sofra com a falta de energia.

Naturalmente vocês nem podem imaginar o esforço que nós estamos fazendo para retomar esta obra. Afinal de contas, minha gente, há 90 dias atrás nós estávamos com uma inflação mensal de 90% ao mês. Há 90 dias atrás nós não sabíamos para onde o Brasil estaria caminhando. Sabíamos que iria para o abismo, mas não sabíamos em que tempo e em que momento isto ocorreria. Tínhamos rapidamente que frear esta inflação, tínhamos rapidamente que dar ao salário e ao dinheiro do trabalhador e do sertanejo condições de poder comprar na semana seguinte, numa feira, o mesmo que comprou na semana anterior.

Para fazermos isso tivemos que promover uma série de reformas, e essas reformas significaram sobretudo contenção de gastos: evitar gastar. Mas eu não podia deixar de ouvir o reclamo de Alagoas, de Sergipe, da Bahia, de Pernambuco e do Nordeste, que queriam com justiça que as obras de Xingo não permanecessem paralisadas por mais tempo, para que o Nordeste pudesse aspirar a um período de desenvolvimento que somente poderia ocorrer se estivesse assentado no fornecimento de energia farta e barata para aqueles que quisessem trabalhar para o nosso desenvolvimento.

E vindo a Xingo, minha gente, eu não podia deixar de passar aqui por Piranhas. Todos vocês sabem que aqui tenho vários amigos, e que poderia cometer alguma injustiça citando alguns e me esquecendo de outros. Mas vocês sabem quais são os meus amigos. Eles estão aqui neste palanque, estão aqui ao meu lado, estão aqui,

como sempre, vibrando e torcendo pelo nosso Brasil, pelo nosso Nordeste e pela nossa Alagoas.

Gostaria de juntar esse meu agradecimento, de fazê-lo simbolicamente na pessoa do nosso Governador, o meu amigo Moacyr de Andrade, que, na época Vice-Governador do estado, sempre esteve ao meu lado nos momentos difíceis, nos ajudando a governar Alagoas e a projetar para o futuro e para o Brasil uma candidatura que finalmente se consagrou vitoriosa nas urnas de 1989.

Ao nosso lado também está minha esposa, minha mulher Rosane, que é sertaneja daqui do Canapi, e que hoje, como Presidente da LBA, tem compromisso com o sertão, tem compromisso com Alagoas, tem compromisso com o Nordeste brasileiro. Ao meu lado aqui também temos a Ministra Margarida Procópio, da Ação Social, alagoana, mulher e Ministra de Estado. Cabe à Dra. Margarida fazer um trabalho de envergadura no campo da ação social para que possamos diminuir a diferença entre aqueles que tudo têm e aqueles que trabalham, trabalham, e a cada dia vêm tendo menos. Cabe à Dra. Margarida estabelecer as diretrizes e as linhas mestras pelas quais devemos conduzir o nosso Governo no campo da ação social, e ela assim o fará. Quero agradecer aos senhores, aos Deputados Federais e aqui ressaltar a presença do Deputado Renan Calheiros, líder do meu Governo na Câmara Federal, e que tanto ajudou nesse período inicial de Governo, para que fizéssemos vitoriosas as nossas propostas encaminhadas ao Congresso Nacional, ao Senado e à Câmara dos Deputados.

Quero agradecer aos nossos Deputados Estaduais, vários deles daqui do sertão, ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado J. Duarte, de Palmeira dos índios. Quero agradecer a um deputado também, primo da minha mulher, que é o Deputado César Malta, nascido na Mata Grande. Quero agradecer, enfim, a cada um de vocês por este apoio, por esta confiança e por este entusiasmo. Temos pela frente cinco anos de Governo na Presidência da República. Cinco anos é um tempo bom para a gente poder fazer boas coisas por Piranhas, por Alagoas e pelo Brasil. Muito obrigado a vocês.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, durante visita à cidade de
Piranhas, Alagoas, no dia 19 de junho de 1990.*

Convênio Entre o Ministério da Saúde e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, Através da Pastoral Penal

Eu acho que toda esta preocupação que cabe a cada um de nós ter com a parte social da população brasileira teria que passar exatamente pela rediscussão do Estado. O poder sempre foi visto como um instrumento de fortalecimento do Estado. E a cada vez que o poder era colocado à disposição do fortalecimento do Estado enfraquecia-se a sociedade.

Nós estamos tentando, neste Governo que está recém-iniciado, colocar o poder a serviço da sociedade. Dentro da sociedade, a serviço daquele segmento mais necessitado, que infelizmente para nós constitui a imensa maioria. Dentro dessa maioria, uma parcela nos merece total atenção — que é exatamente a criança.

Como nos choca ver a cada dia, nos jornais, nas revistas, nas televisões, nas rádios, notícias de que crianças, jovens brasileiros estão hoje nas ruas das grandes cidades sem esperanças e sem alternativas, sendo levados à marginalidade, sendo levados a caminhos que nenhum de nós deseja. É o momento então de nos questionarmos muito duramente e de chegarmos à conclusão de que cabe ao Estado fundamentalmente cumprir um papel decisivo no equacionamento dessa triste realidade.

Mas para que o Estado assim pudesse executar um serviço de boa e necessária qualidade, fundamental seria que ele obtivesse recursos para isso. Não há política social que tenha chance de êxito sem que haja recursos para acompanhar os objetivos dessa política. Daí estarmos promovendo, com muito trabalho, com muita dedicação, com absoluta obstinação e muita fé, absoluta fé, esse nosso objetivo de colocar o poder, e conseqüentemente o Estado, à disposição da solução dos gravíssimos problemas sociais que afligem o nosso já trágico cotidiano.

Esses recursos que hoje temos a alegria de repassar são fruto de uma administração que vem sendo promovida pelo Ministro Alcení Guerra, no âmbito do Ministério da Saúde, em somente três meses, de contenção de gastos, supressão de despesas supérfluas, enxugamento daquilo que pode ser enxugado, para daí retirar recursos que façam face a um programa tão meritório e de tamanha envergadura como é o da Pastoral da Criança. Por isso eu fico, nesta tarde, muito alegre como cristão, e muito recompensado como Presidente do País, em saber que esses recursos ora

repassados são fruto desse trabalho que iniciamos há cerca de 90 dias e que já está trazendo os seus primeiros resultados.

Desejo que Nossa Senhora das Graças e Nosso Senhor Jesus Cristo continuem a nos ajudar, a nos inspirar e a iluminar os caminhos para que não nos falem forças a nenhum de nós que estamos empenhados nesse trabalho de atendimento à criança e ao menor carente no País e que possamos alcançar os nossos objetivos.

Tenho certeza absoluta de que esse será o primeiro de muitos outros convênios que haveremos de assinar daqui por diante, até que possamos, quiçá ao final desse período de Governo, demonstrar à sociedade brasileira que os nossos esforços em conjunto, que o espírito de solidariedade cristã que nos une neste momento e neste projeto dão os seus frutos.⁵³ Muito obrigado aos senhores e parabéns ao Ministro Alcení Guerra pela competência com que vem se havendo na administração do dia-a-dia do Ministério da Saúde do País. Muito obrigado.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, na solenidade de assinatura de
convênio entre o Ministério da Saúde e a Conferência
Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, através do
Pastoral Penal, no Palácio do Planalto, no dia 21 de
junho de 1990.*

Cem Dias de Trabalho: Pronunciamento à Nação em Cadeia Nacional de Rádio e Televisão

Meu Governo completa hoje cem dias de trabalho. É um bom momento para fazer uma primeira prestação de contas a você.

O Brasil começou a mudar. Começou a mudar com o seu voto, com o voto da maioria que, por duas vezes, no primeiro e no segundo turno das eleições, depois de quase 30 anos, escolheu de forma direta e plenamente democrática o Presidente de seu País.

Naquele momento, tenho certeza, estávamos escolhendo também uma nova maneira de viver, um Brasil Novo. Desde o primeiro dia deste tempo, que será uma nova era para todos nós, o Brasil começou a mudar. Desde meu primeiro dia de trabalho cada um dos brasileiros pode estar certo de que este é um Governo que vai cumprir cada um dos compromissos que assumimos com a Nação.

Quem depositou nas urnas sua confiança em mim sabia quais eram estes compromissos. Sabia que nossa luta seria para libertar de uma vida desumana e miserável a maioria da população brasileira. Sabia que faríamos um Governo voltado primeiro para os pés descalços, para os descamisados, para os sem casa, para os abandonados, para os que nunca tiveram nada.

É exatamente isso o que fiz desde o início. E é o que farei.

Vamos pensar juntos. Como estaria o nosso Brasil se o povo não tivesse tomado a decisão de mudar seu próprio destino? Como seria nossa vida hoje se o meu Governo não tivesse seguido fielmente o programa aprovado nas urnas? Se não tivéssemos tido a coragem de tomar medidas drásticas para baixar a inflação e para colocar em prática as metas que já estão transformando a realidade?

«Hoje, quem tem saudades do passado?»

Você se lembra bem do que nós estávamos passando. E é importante que a gente não esqueça, mesmo agora, quando podemos comemorar a grande vitória de ter conseguido baixar a inflação de 84,3%, ou seja uma hiperinflação, para cerca de 8% ao mês. Exatamente como prometi na campanha. Prometi e cumpri: em três meses a inflação realmente estava abaixo dos 10%.

Vamos imaginar que nada disso tivesse sido feito. A inflação teria continuado, no mínimo, no mesmo patamar de antes: quase 90% ao mês. A cesta básica — o conjunto de alimentos essenciais ao sustento da família trabalhadora — custava

2.740 cruzados novos, no dia 15 de março. Hoje, se a inflação fosse aquela que combatemos e vencemos, a mesma cesta básica, ao invés de 2.740, estaria custando 17.167 cruzeiros — 526% a mais.

Mas nossa realidade hoje, graças a Deus, é outra. A inflação despencou e continua a cair. Já estávamos muito acostumados com a inflação fazendo parte do nosso dia-a-dia. Temos que abandonar a idéia de que a inflação não pode ser vencida. Pode, já está sendo e será mais rapidamente vencida na medida em que a sociedade brasileira se convencer de que somos nós que vamos, com coragem e vontade, construir o nosso futuro. Hoje quem tem saudades do passado? Só os egoístas. Os que não têm e nunca tiveram espírito de união e amor ao próximo. Os que sempre defenderam seus privilégios sem que pesasse o sofrimento da maioria. Os que não são patriotas. Os que se esqueceram até mesmo dos princípios da solidariedade cristã. Aqueles que teimam em não ver a Nação sendo redimida e reclamam de perdas individuais.

Agora, aqueles que acreditaram nas nossas idéias e metas e todos que têm, ao lado da esperança, a certeza de que é preciso lutarmos juntos, estes estão confiantes em uma vida melhor. É isso o que dizem as pesquisas de opinião, que mostram termos, hoje, o apoio indispensável da sociedade, ainda maior do que o dos 35 milhões de votos que até aqui me conduziram. É o que me dizem também os gestos de carinho e incentivo que continuo a receber nas ruas. São provas de que a maioria sabe que o País tem Governo e tem um Governo que defende, por cima dos interesses de qualquer grupo, o interesse nacional.

Exatamente como prometi, estamos dia-a-dia, enfrentando os poderosos. Combatemos duramente os sonegadores e os especuladores. Quem vivia da ciranda financeira está sendo obrigado a investir em produção, porque hoje já não é mais possível jogar com o dinheiro e viver de especular como se fazia, por exemplo, de forma totalmente ilegal, com o dólar no mercado paralelo.

Criamos novas normas, como o fim do cheque ao portador, e passamos a cumprir nosso dever de Governo, cobrando de todos a devida contribuição fiscal. Hoje, no Brasil, vivemos, enfim, como nas nações civilizadas; quem não paga os impostos devidos sabe que vai prestar contas à Justiça.

Seguindo o exemplo dos países modernos e desenvolvidos, estamos cortando os gastos do Governo. Reduzimos à metade o número de ministérios. Estamos liquidando mais de 50 empresas estatais e autarquias em áreas onde a presença do Estado era ineficaz e absolutamente desnecessária.

Eliminamos as mordomias de maneira radical: os milhares de carros oficiais, as mansões e todos os outros privilégios absurdos que existiam em nosso País, minha gente, hoje são coisas do passado. Estas medidas correspondem a compromissos que assumi com você ainda no início de nossa caminhada. São pontos do Plano de Governo, aprovado por você, que colocamos em prática e que têm se mostrado eficazes e competentes. Mas a sociedade precisa compreender que o plano é apenas

um instrumento. Foi, desde o início — eu acredito firmemente nisso —, o melhor meio que encontramos para enfrentar a dramática situação em que se encontrava o País. Ou tomávamos as atitudes corajosas que tomamos ou seria a hiperinflação, o desemprego, a falência, o desabastecimento, o caos. Ainda mais importante que o plano econômico são nossos objetivos finais.

«O povo compreende que o País da facilidade e dos desmandos deixou de existir.»

O sucesso do plano é um passo preliminar, a batalha inicial mas decisiva para conseguirmos atingir a meta de fazer uma autêntica revolução modernizante em nosso País. Isto significa tanto e tão-somente, minha gente, melhorar as condições de vida de cada brasileiro. Porque não existe sinal de modernidade mais claro do que a justiça social. E um país moderno é exatamente isto: o país que consegue oferecer a cada um e a todos os cidadãos as oportunidades para uma existência digna.

Foi efetivamente neste sentido que o Brasil começou a mudar. Mudou-se a mentalidade porque mudaram-se as práticas. Quando um Governo encara frente a frente, como encaramos, a situação de calamidade em que se encontravam nossos hospitais e exige trabalho em respeito à vida humana, o povo compreende que o País das facilidades e dos desmandos deixou de existir.

Quando um Governo demonstra, claramente, como temos demonstrado, que está combatendo a ociosidade e o desperdício, valorizando os bons funcionários e até oferecendo aos que estão sendo colocados em disponibilidade a oportunidade de um reaproveitamento, quando um Governo, enfim, moraliza o serviço público, cada trabalhador brasileiro se sente pessoalmente mais respeitado. Quando lançamos o Programa de Ação Municipal para habitação, visando diminuir o gigantesco déficit habitacional que deixa nas ruas milhões de marginalizados, cada dona-de-casa pode estar mais tranqüila e contar com uma vida mais segura. Quando recomeçamos obras como as da Usina Hidrelétrica de Xingo, que vai livrar o Nordeste do sério risco do racionamento de energia, a população, em cada canto deste País, se sente mais protegida em seu direito de ver diminuídas as desigualdades regionais. Quando um Governo se propõe, como estamos verdadeiramente nos propondo, a acabar com a vergonha dos milhões de menores abandonados e cria um programa tão importante quanto o do «Ministério da Criança», os jovens podem voltar a confiar no amanhã. Quando, finalmente, o Governo exerce seu dever e assume suas responsabilidades respeitando integralmente a Constituição, dialogando com o Congresso Nacional e cumprindo cabalmente as decisões do Poder Judiciário, sabemos todos que vivemos em uma democracia, onde cada um dos poderes constituídos exerce de forma absolutamente livre suas funções, para o bem maior do País.

Sei que os primeiros dias de meu governo exigiram sacrifícios pessoais de muitos. Não podia ser diferente. Nunca prometi o jardim de rosas que orna os discursos dos

irresponsáveis e dos oportunistas. Determinei que medidas duras fossem tomadas sim, porque o Brasil não pode preparar sua entrada no século XXI suportando a carga de uma mentalidade e de uma estrutura do século XIX.

Estávamos cansados de ser a Nação da falta de esperança, os dois Brasis, o eterno País do futuro. O futuro é agora, e o Brasil já começou a mudar.

Não podemos ser e não seremos nunca mais um País citado como violento em relatórios da Anistia Internacional. Nossa sociedade não tolera a violência, e não permitiremos que o Brasil Novo conviva com qualquer forma de desrespeito aos direitos humanos.

Confio que os estados da Federação estarão unidos ao Governo Federal no combate a qualquer espécie de violência, o que exige uma completa reciclagem e modernização das polícias estaduais. E tenho a convicção de que o Poder Judiciário participará com esforço redobrado desta nossa busca de ordem e de paz, que contará com o apoio integral do Executivo e o meu empenho pessoal.

Minha gente, o Governo fez muito e fará muito mais. Mas o Governo não pode fazer tudo sozinho. Ao Governo, representante da vontade popular, cabe liderar a união dos mais diversos segmentos da sociedade em torno de um projeto maior que é arrancarmos o Brasil, para sempre, das garras do atraso, da miséria e do subdesenvolvimento. É com este ânimo que faço agora o chamamento à cidadania, o meu apelo a todos vocês.

Aos consumidores, reitero que não aceitem pagar preços indevidamente elevados. Garanto a vocês: não há motivo real para aumento de preços. Assim, se você se recusar a comprar, se deixar para depois, os preços terão que cair mais. E haverão de cair.

Dos empresários espero, firmemente, que evitem o reajuste dos preços e compartilhem do custo desta fase de ajustamento. Lucros menores hoje serão, sem dúvida, a única garantia de lucros sólidos e permanentes no dia de amanhã.

Aos trabalhadores, peço que mantenham o sentido de responsabilidade com que, em sua imensa maioria, vêm se conduzindo até agora. O Brasil tem uma dívida histórica, social e moral para com os trabalhadores. Porque eu sei como esta dívida se reflete duramente na vida de cada um de vocês — que precisa e merece ter um salário melhor —, quero transformar este meu pedido de participação também em um especial agradecimento ao trabalhador brasileiro, principalmente aos mais humildes.

A intransigência de poucos impediu que firmássemos, como desejávamos, um acordo democrático envolvendo Governo, trabalhadores, empresários e consumidores. Enfim, todos. Mas o Governo não pode se omitir e não vai permitir que a maioria seja prejudicada.

Na próxima semana estaremos enviando ao Congresso Nacional uma proposta de reposição das perdas salariais que os trabalhadores sofreram no período anterior ao

nosso Governo, sem abrir mão da prioridade que é a derrota final da inflação. Nesta próxima semana estaremos também apresentando as diretrizes das políticas industriais e de comércio exterior que definirão as linhas de nosso desenvolvimento econômico e a forma de incorporação do Brasil no mundo moderno.

Já superamos as provações mais duras e precisamos continuar a acreditar e a confiar no Brasil. O País precisa desta confiança e da contribuição de todos. O Brasil, como País, já realizou sua esperança de viver em liberdade. Agora vamos nós, cidadãos brasileiros, com a ajuda de Deus, viver cada um a verdadeira liberdade que é voltar a ter esperança em um futuro melhor.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o
Senhor Fernando Collor, Presidente da República
Federativa do Brasil, em cadeia nacional de rádio e
televisão, no dia 22 de junho de 1990.*

Assinatura do Edital de Licitação Para Recuperação de Rodovias

Acredito que um dos pontos que possa merecer realce ao longo desses pouco mais de três meses de Governo tenha sido exatamente o de colocar o poder como instrumento de fortalecimento da sociedade, portanto da cidadania.

Havia, anos passados, uma preocupação de fazer com que o poder fosse instrumento único e exclusivamente do fortalecimento do Estado brasileiro. E ao se fortalecer o Estado, ao se construir essa máquina mastodônica e ineficiente, esquecia-se o cidadão, esquecia-se a pessoa, esquecia-se a sociedade. O que estamos tentando realizar — e é esse o objetivo que estamos perseguindo a cada dia nesse nosso período de Governo — é exatamente voltar as nossas preocupações, os nossos olhos e o nosso sentimento de dever, para as expectativas e os anseios da população brasileira.

Um dos maiores reclamos do cidadão é exatamente o fato de não ter uma malha rodoviária de acordo com suas necessidades mínimas. Não precisamos citar um exemplo, nem trecho específico. Todos nós, sobretudo agora neste ano eleitoral, que somos, com muito gosto, solicitados a atender em diversos municípios o chamado de nossos companheiros, estamos vendo com os nossos próprios olhos a situação de calamidade em que se encontram nossas estradas brasileiras.

Além do incômodo puro e simples, isso acarreta um reflexo de ordem econômica: o escoamento da safra fica dificultado, fica encarecido. E isso é pago pelo consumidor, pago pelo cidadão. Aqueles que vivem do transporte têm o seu instrumento de trabalho — os caminhões, os carros de diversos tipos — penalizados com o estado em que se encontra esta malha rodoviária. O custo de manutenção desses instrumentos de trabalho aumenta de uma forma assustadora, e é repassado finalmente para o consumidor. Sofre o cidadão. Daí termos elegido como prioridade número um na área de transportes, nessa fase inicial de Governo, a recuperação das rodovias federais. E não somente a recuperação, mas o estabelecimento de uma prática permanente de manutenção da malha já existente e, naturalmente, de ampliação desta malha,

Hoje, este enorme patrimônio público está avaliado em 150 bilhões de dólares, ou seja, um valor até acima da nossa dívida externa. Portanto, é um patrimônio que cabe a cada um de nós, sobretudo ao Governo, sobretudo ao Congresso Nacional, trabalhar para evitar que seja deteriorado a um ponto de irrecuperabilidade total.

Rodovias, prioridade número um na área de transportes.

Fico satisfeito por estar hoje assinando esta mensagem que envio ao Congresso Nacional, poder ao qual rendo neste momento as minhas maiores homenagens, não somente por ser uma casa que conheço, porque tive a honra de pertencer à Câmara dos Deputados, na legislatura de 1983/87, como pelo sentimento que anima a cada um dos seus integrantes de colaborar decisivamente, não com o Governo, mas sobretudo com o País no momento em que todos nós, homens públicos, somos chamados por esta angústia por que passa a sociedade para resolvermos, em conjunto, num trabalho de coresponsabilidade, no menor espaço de tempo possível, os problemas que estão afligindo o cotidiano já trágico dos brasileiros.

Por isso, entendo que a presença de lideranças tão expressivas do Congresso Nacional nessa reunião e nesta solenidade, significa o apoio que esta casa dá à mensagem e a este projeto, para que possamos, por nossa vez, dar condições para que o Ministro da Infra-Estrutura, juntamente com sua equipe, possa se desincumbir bem, como haverá de fazê-lo sem dúvida, desta tarefa ingente de recuperar cerca de 15 mil quilômetros de estradas federais, num período que vai daqui até o final do ano.

Lembraria apenas a questão do inverno, porque as pessoas que não são da minha região não têm necessidade de saber das questões climáticas. No Norte, por exemplo, o inverno já começou, e na nossa região Nordeste o inverno deverá estar começando a partir dos próximos meses. Aí eu pediria, não como Presidente da República, mas como cidadão e nordestino, que fosse dada uma atenção especial à nossa região. Ela realmente está muito carente, como carentes estão todos os grandes corredores que transportam a nossa safra e a nossa riqueza.

Aí está a BR-101 de canto a canto, de Norte a Sul, necessitando reparos. Estamos também preocupados com a duplicação da BR-101, em alguns trechos importantes no Sul do País. Mas fundamentalmente, devido à chegada do inverno antes no Nordeste, eu pediria ao Ministro da Infra-Estrutura e a seus assessores que, de alguma maneira, até por uma questão de lógica, estabelecessem um prazo para, em primeiro lugar, atender aquelas regiões onde o inverno já estivesse por chegar, de modo a que as obras não sofressem nenhum tipo de solução de continuidade.

Quero mais uma vez agradecer a participação decisiva e importante não somente dos líderes do Governo, mas dos líderes dos partidos que cooperaram decisivamente para que possamos levar adiante as metas deste Governo — metas que foram aprovadas nas urnas, nas eleições no primeiro e segundo turnos —, de modo a que possamos continuar trabalhando de forma harmônica, respeitando a independência dos poderes, mas sabendo, sem dúvida nenhuma, que o chamamento da cidadania à classe política neste momento é muito forte e é mesmo decisivo para que possamos reconduzir este nosso País à trilha do crescimento econômico, do bem-estar e da justiça social.

Parabéns ao Ministro Ozires Silva, pelo exemplar desempenho com que vem se havendo à frente de uma pasta tão complexa como é a da Infra-Estrutura. Em algum momento, alguém me perguntou, Ministro, por que na reforma administrativa nós havíamos englobado três pastas tão importantes numa só, que hoje estão sob o seu

comando: Comunicações, Transportes e Minas e Energia. E eu dizia que fazia parte da nossa contenção de despesas — porque cada um desejaria marcar sua presença com uma grande obra. Reunindo os três ministérios num só e colocando-os sob a coordenação eficiente e patriótica do Ministro Ozires Silva, temos certeza de que o Ministro, apesar de desejar realizar muitas obras, se concentrará em apenas uma grande obra, trabalhando decisivamente pela contenção de despesas e de custos no nosso Governo.

Por isso, Ministro, temos muita confiança no seu tino administrativo, no seu patriotismo, bem como em toda a sua equipe, e tenho a certeza de que, dentro do prazo que está sendo estabelecido pelo senhor e pela sua equipe, que é automaticamente o prazo do Presidente da República, nós poderemos oferecer ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira uma resposta positiva e afirmativa a essa solicitação e a essa aspiração de ver finalmente recuperada a malha rodoviária nacional. Muito obrigado a todos os senhores.

*Discurso pronunciado por Sua Excelência o Senhor
Fernando Collor, Presidente da República Federativa do
Brasil, na assinatura do edital de licitação
para recuperação de rodovias, no Palácio do Planalto, no
dia 26 de junho de 1990.*